

A Projeção do Capital Brasileiro para República Oriental do Uruguai no Segundo Reinado

*Ana Paula Fraga
Aryanne Rocha
Bruno Ronchi
Stefano Arroque **

RESUMO: O trabalho procura explorar a natureza da atuação econômica com fins políticos do Império Brasileiro no Uruguai de 1850 a 1880, a fim de verificar elementos estruturais e conjunturais que permitam conceituá-la ou não como imperialista. Com isso, destaca-se a posição do Estado brasileiro a partir dos interesses do Barão do Mauá, analisando também sua relação com o Império e como a ascensão de Mitre ao governo argentino e a Guerra do Paraguai afetaram a sua atuação e, dessa forma, a política externa brasileira no Uruguai. A partir de investigações acerca do período intervencionista do Segundo Império, na segunda metade do século XIX, questiona-se a tese do imperialismo brasileiro no Uruguai.

PALAVRAS-CHAVE: Segundo Império do Brasil (1840-1889), Mauá, República Oriental do Uruguai, Imperialismo.

1 Introdução

A Análise de Política Externa integra a área de estudos das Relações Internacionais, propondo-se a verificar de que maneira a ação internacional de um Estado é decidida. O modo como tal verificação é realizada depende diretamente da abordagem adotada pelo analista, destacando-se duas perspectivas: uma que considera os Estados como atores unitários, e suas ações dependentes estritamente da noção de *interesse nacional*, e outra que concebe diferentes atores internos ao Estado que influenciam na decisão sobre suas ações no plano internacional. No sentido dessa segunda visão, Figueira (2011, p. 19) destaca que “o ato internacional passa por um processo de decisão política, permeado por regras, instituições, indivíduos e correlação de forças que definem a trajetória do resultado, em que o interesse nacional deve ser considerado um vetor flexível, mutável e fragmentado”.

A proposta deste trabalho, de analisar o tipo de relação existente entre o II Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai, adota claramente essa segunda abordagem. Para que se possa empreender tal análise, é necessário ainda recorrer aos instrumentos analíticos oferecidos pela perspectiva marxista das Relações Internacionais (e sobretudo da Teoria do Imperialismo), que tornam mais clara a relação entre os diferentes modos de produção e as estruturas de poder correspondente – e, em decorrência disso, entre a elite econômica e a elite política.

O encadeamento do problema central deste trabalho passa necessariamente pela avaliação da capacidade de influência de Irineu Evangelista de Souza – Barão e depois Visconde de Mauá, destacado empresário brasileiro da segunda metade do século XIX – sobre o Império. Especificamente, trata-se de verificar se essa influência se insere, internamente, na lógica da dominação imperialista, condicionando uma ação externa desse tipo. A ideia básica é questionar a classificação imperialista comumente atribuída à ação do Segundo Império na República Oriental do Uruguai, identificando a hierarquia de interesses que determina as ações externas do Império e do próprio empresário em território oriental.

Derivam-se desse problema quatro pressupostos que orientam o desenvolvimento deste trabalho: 1) Internamente, Mauá se sustenta sobre o Império, o que configura uma relação imperialista; 2) Classifica-se como imperialista a atuação do Brasil no Uruguai durante as décadas de 1850 e 1860; 3) A ascensão de Mitre ao governo argentino na década de 1860 representa um ponto de inflexão nos interesses do Império e de Mauá no Uruguai e; 4) A divergência de interesses entre Mauá e os ingleses leva à sua falência e afeta seus negócios no Uruguai.

Para realizar tal verificação, recorre-se à “Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C e ao público”, escrita pelo próprio empresário em 1878, quando de sua falência – além de outras fontes bibliográficas. Utilizando-se desse referencial, é possível corroborar ou refutar tais hipóteses, a partir do que será

possível verificar se houve ou não caráter imperialista na relação entre Mauá e o Império e em sua projeção para o Uruguai.

2 Relação Mauá-Império

Partindo-se da hipótese de caracterizar como imperialista a relação entre Mauá e o Segundo Império do Brasil (1840-1889) no Uruguai - condicionada internamente pela hegemonia do interesse capitalista-financeiro na formulação da política externa (atribuído à figura de Mauá na consecução desta pesquisa) - é necessário dispensar um esforço de revisão teórica do conceito imperialismo. No debate teórico, o imperialismo foi entendido e explicado através de diferentes concepções derivadas do marxismo. Entre as mais expressivas - e que interessam aos objetivos do trabalho -, apresenta-se a ideia de que o imperialismo é um fenômeno que designa a estratégia encontrada pelos países centrais para responder à dinâmica expansiva do capitalismo monopolista. Nesse sentido, será brevemente discutida a teorização de Lenin, tendo em vista que sua formulação é a mais apropriada para analisar os interesses do Estado brasileiro à época.

Em linhas gerais, para Lenin, o imperialismo, definido enquanto uma fase específica do sistema capitalista, é marcado pela predominância do setor financeiro sobre o produtivo. A associação dos capitais industrial e bancário deslocou o eixo dinâmico das relações econômicas internacionais para a exportação de capitais - e não mais de mercadorias -, satisfazendo a necessidade de controlar fontes de matérias-primas industriais, essenciais à competição hegemônica interestatal.

Elemento central da Teoria do Imperialismo para esta análise é a relação entre o capital e o Estado. Lenin (2011, p. 199) afirma que o capitalismo monopolista-financeiro explicita o estabelecimento de “determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo”, e que se estabelecem ao mesmo tempo, em ligação com isso, “entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo”. Tal ligação é o cerne desta problemática, na medida em que significa o intrincamento das relações Estado-capital, aplicado no sentido de garantir aos capitalistas superlucros, derivados da abertura de novos mercados e fontes de matérias-primas pela ação estatal.

O caráter monopolista-financeiro define o imperialismo. Percebê-lo como etapa superior do capitalismo que reúna essas condições complica, em uma primeira aproximação, a caracterização imperialista das relações Mauá-Estado no Segundo Império. Antes de verificar propriamente o papel exercido por Irineu Evangelista de Sousa, é imprescindível analisar as condições estruturais da economia brasileira à época e o tipo de capitalismo verificado. A visão historiográfica e do próprio Mauá indicam o atraso do capitalismo brasileiro, o que inviabiliza, em partes, a caracterização imperialista.

Uma primeira indicação é verificada em Azevedo (1996, p. 104), que explicita esse atraso na atribuição dos elementos que obstaculizaram o desenvolvimento dos negócios de Mauá, observados, segundo o autor, “na falta de combustíveis, na dificuldade de acesso às minas de ferro, na escassez de mão-de-obra, nas grandes distâncias e na extrema insuficiência dos meios de transporte”. O próprio Mauá destaca a importância desses elementos na sua Exposição aos credores de 1878¹, tratando-os como “estado de civilização”. Para o então visconde, outros três elementos, aliados a esse primeiro, pré-condicionam o desenvolvimento da atividade econômica: o trabalho, o capital e a instrução. A visão oferecida é a de que existe insuficiência em todos esses elementos, mas para o autor as maiores preocupações são devidas ao trabalho e ao capital.

A continuidade da escravidão no Brasil inviabiliza o desenvolvimento de um capitalismo industrial - etapa anterior ao próprio capitalismo monopolista-financeiro, em que nasce o imperialismo de que trata Lenin². Aliada a essa contradição básica, a série de leis outorgadas como resposta às pressões inglesas, que cerceiam o comércio de escravos e progressivamente limita a disponibilidade de mão de obra, agravam ainda mais as condições para o desenvolvimento industrial.

Não sou suspeito; então, agora e sempre, ambiciono ver desaparecer o elemento escravo da organização social do meu país. A questão, porém, não era essa, nem então, nem mais tarde, quando os poderes competentes vibraram o golpe mais fundo e certo no regime em que assentava o trabalho do país, decretando o ventre livre, que acaba com a escravidão em prazo curtíssimo, pois lembremo-nos que a vida das nações não se conta por anos: mais 10 a 15 anos de inércia, e a gran de lavoura, já em decadência, se arruína a minguada de braços, e o mecanismo político, econômico, financeiro e mesmo social do Brasil sofre o mais violento abalo! (MAUÁ, 1878, pp. 97-98)

À crise de disponibilidade de mão de obra, e à própria insuficiência de demanda interna que decorre do regime de trabalho escravo, alia-se a inércia do capital, dado estrutural do país durante o Segundo Império e para além dele. Mauá explica tal inércia, em um primeiro nível, a partir da própria ação contrarrestante do Estado: “tudo quanto se refere à ação do capital, desde que este se aglomera para qualquer fim de utilidade pública ou particular, em que a liberdade das convenções devia ser o princípio regulador, esbarra-se logo de frente com péssimas leis preventivas, e quando estas não bastam, a intervenção indébita do governo”. Em um segundo nível, o visconde destaca também a insuficiência do crédito, para quem “ou está entregue ao regime do privilégio, ou não existe fora dos limites da

1 MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. Exposição do Visconde de Maua aos credores de Maua & C. e ao público. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1878.

2 É necessário relativizar essa visão etapista do desenvolvimento do capitalismo, criticada mesmo por correntes internas do marxismo. Neste trabalho, contudo, considera-se que o avanço para uma etapa superior é condicionado por uma série de elementos encontrados em fases menos desenvolvidas do modo de produção.

força individual em que sua ação é necessariamente fraca”. A conclusão é a de que o Brasil é “um país novo, que não tem tido tempo de converter em capital realizado senão uma parte mínima de seus recursos naturais” (MAUÁ, 1878, p. 101).

A alternativa, para Mauá, tendo em vista a insuficiência das condições reunidas no Brasil, é buscada junto à Inglaterra, e particularmente seus aliados da casa Baring. Almeida (2001, pp. 77-78) destaca, nesse sentido, que “o barão de Mauá sustentou grande parte de seus investimentos ferroviários e dos projetos industriais com a ajuda de capitais, tecnologia e engenheiros britânicos”. Esse dado não é desimportante na medida em que o tipo de relações desenvolvidas entre Mauá e os ingleses ao longo do tempo explica, em grande medida, sua trajetória de ascensão e declínio.

Guardados esses elementos da estrutura econômica brasileira durante o Segundo Império, e destacado o ponto de vista do próprio visconde, cabe analisar as implicações políticas do imperialismo, qual seja a da interpenetração dos interesses capitalistas e estatais. Seria leviano afirmar que não houve influências econômicas sobre o Império, mas esse não é o caso quando essas influências dizem respeito especificamente a interesses industriais - e nesse caso é à figura de Mauá que se recorre. Besouchet (1943, p. 13) ressalta, nesse sentido, que “o desprezo pelo trabalho efetivo, prático, se revelava abertamente nesta sociedade aristocratizada pelo sistema social escravocrata e pela influência das cortes europeias. Não existia base real para as realizações que tentava Mauá: tudo marchava a passos lentos e rotinários”. Como destaca a autora, os interesses econômicos predominantes eram aqueles ligados a uma elite de base agroexportadora, incompatíveis com os da economia industrial.

Em suma, o que se pode afirmar é que não havia um projeto de desenvolvimento econômico industrial para o Segundo Império, quanto mais monopolista-financeiro. A elite agroexportadora beneficiava-se da manutenção daquela estrutura arcaica, e impunha seus interesses conservadores ao Estado. Portanto, apesar de terem havido relações não desprezíveis entre Mauá e o Império, não existiram condições para que, seguindo-se o modelo de Lenin, um capital de tipo industrial e financeiro se utilizasse do Estado para superampliar seus lucros (forçando a abertura de novos mercados e fontes de matéria-prima).

3 O Subsistema da Bacia do Prata: a lógica de atuação brasileira

Nos parâmetros da Teoria do Imperialismo, cabe analisar, ainda, a atuação do Estado brasileiro no Uruguai, considerando a ação estatal enquanto resultante tanto de uma correlação de forças interna quanto do constrangimento externo. Assim, a posição de subserviência oriental, até meados de 1860, aos interesses

políticos e econômicos do Império do Brasil, que viria a atingir o seu auge a partir da década de 1850, quando da invasão e deposição do governo de Manuel Oribe, deve ser compreendida a partir da verificação da natureza interna e externa dessa relação de dominação. Para tanto, convém expor os condicionantes estruturais que configuram as relações internacionais da América Platina e as consequências desta dinâmica para o arranjo político e econômico no Uruguai.

O Uruguai em si é um reflexo da rivalidade brásílico-argentina, herdeira direta daquela luso-espanhola que caracterizou a história sul-americana até o século XIX. Desde atas que se seguiram, à conquista e manutenção da região correspondente ao Uruguai foi política de Estado. Durante o Primeiro Reinado, a política externa do Império do Brasil, seguindo as diretrizes delineadas pela Casa de Bragança (SILVA, 2009), empreendeu um último esforço de anexação do território do atual Uruguai que o opôs à Argentina. Com a independência oriental, o Império, comprometido com a manutenção da sua soberania, porém visando a dominação do novo país, passou a buscar novas formas de fazê-lo, notavelmente, por meio da intervenção política e econômica nos assuntos internos uruguaios. Deve-se salientar, portanto, que o Brasil e a Argentina tinham visões distintas e excludentes quanto à configuração política ideal da América do Sul: ao passo que o Império defendia a independência dos países vizinhos como forma de manter a região fragmentada em Estados pequenos e facilmente penetráveis – ou seja, uma releitura da clássica estratégia de dividir para dominar –, a Argentina adotava a estratégia de incorporação dos territórios, operando sob a lógica de expandir para dominar.

No plano político, o Uruguai oitocentista era bipartidário, tendo cada um dos partidos, além de ideologias conflitantes, preferências por um dos Estados aspirantes à hegemonia regional: o Partido Nacional, também conhecido como Partido *Blanco*, de orientação nacionalista-conservadora, mantinha uma linha pró-argentina. A influência brasileira era tida como indesejada, pois minaria a soberania uruguaia. Do outro lado havia o Partido Colorado, liberal e pró-brasileiro. Com ambas as potências visando a permanência do seu aliado no poder, as tensões políticas se escalaram para uma guerra civil, conhecida como “La Guerra Grande”, durando de 1839 a 1851. A atuação brasileira no conflito se intensificou nos últimos anos, com o final da intervenção anglo-francesa. Em 1851, o chamado Governo da Defesa, chefiado pelo líder colorado Fructuoso Rivera, vence a guerra e assina vários tratados com o Brasil, entre eles o Tratado de Aliança, que dava ao Império o direito da intervenção militar em caso de desordem interna. Para o Barão de Mauá, o apoio imperial ao governo colorado seria vantajoso pela sua oposição ao regime de Rosas na Argentina, que buscava incessantemente reduzir ao mínimo possível a influência brasileira em território uruguaio - minando, assim, os seus planos de estabelecer um império comercial e financeiro oriental.

“Desde então o poder absorvente de Rosas não nos deu trégua com sua política inquietadora, conseguindo, porém, o seu hábil ministro nesta corte, o general Guido, adiar qualquer manifestação declaradamente hostil, enquanto melhor preparava o ditador seus elementos de ação, iludindo-nos a ponto de ser desaproveitada aquela ocasião oportuna de fazer baquear o elemento pessoal infenso que nos ameaçava.” (MAUÁ, 1878, p. 16)

No plano econômico, o exercício do poder brasileiro se deu por meio da atuação do Barão de Mauá no mercado e sistema financeiro uruguaios. O Banco Mauá já atuava no país desde a guerra civil, quando prestou significativa ajuda financeira ao Governo da Defesa - praticamente sustentando-o após a retirada do apoio francês (ESCUDE e GUREVICH, 2000). Conforme afirma em sua autobiografia, durante a Guerra Grande, Mauá não visou imediatamente a obtenção de lucros, mas sim a vitória do Partido Colorado, sem a qual não poderia pôr em prática os seus planos de penetração na economia oriental. Para isso, emprestou dinheiro para o governo de Rivera

“[...] não certamente com o juro arbitrado pelo governo imperial para seus empréstimos, porém com módico juro relativo, desde que era o mínimo corrente em Montevideo, sendo meu pensamento concorrer para o triunfo da política do Brasil no Rio da Prata” (MAUÁ, 1878, p. 17)

Com a sua vitória, transformou-se no principal prestador e credor do Uruguai. Sua importância tornou-se ainda maior em 1856, quando, com o fim dos subsídios brasileiros previstos nos Tratados de 1851 e a retirada das forças de ocupação, tornou-se o credor da dívida externa uruguia. Seu banco assumiu papel de banco emissor, e, sob as provisões de um tratado assinado em 1859, o Brasil poderia intervir militarmente no Uruguai em caso de não-cumprimento com acordos financeiros.

Tendo em vista esses condicionantes estruturais e conjunturais, ainda que tal relação possa, sem uma análise detalhada dos fatos, ser percebida como imperialista, é importante atentar para as motivações dos dois atores e as suas relações entre si. A despeito de ter logrado expandir seus capitais para a o Uruguai, não é possível afirmar que tal expansão, bem como os ganhos dela derivados, se devam a uma instrumentalização do Império pelo Barão de Mauá. O que houve foi uma convergência de interesses entre a busca de Mauá por capitais e a do Brasil pela hegemonia no Prata. O Barão de Mauá foi, de certa forma, um “objeto” do projeto de poder brasileiro - uma peça importante, porém não a principal. Nos termos de Arrighi, a dominação do Brasil no Uruguai ficaria mais próxima da ideia de expansão territorialista do que de expansão capitalista-imperialista, uma vez que se considere sua proposta de diferenciação entre os dois tipos:

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital. (ARRIGHI, 1996, p.33)

Tomando como forma a fórmula marxiana da produção capitalista (DMD'), e aplicando-a à dicotomia Território-Capital,

Podemos traduzir a diferença entre essas duas lógicas de poder pelas fórmulas TDT' e DTD', respectivamente. Segundo a primeira fórmula, o domínio econômico abstrato, ou o dinheiro (D), é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de territórios adicionais ($T' - T = + \Delta T$). De acordo com a segunda fórmula, o território (T) é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de meios de pagamento adicionais ($D' - D = + \Delta D$) (ARRIGHI, 1996, p.33).

No caso brasílico-uruguaio, observa-se nitidamente, por parte do Estado brasileiro, uma aplicação da fórmula TDT' tanto por Mauá quanto pelo Império no período pós-1851 até a década de 1860 - negando-se, assim, a possibilidade de imperialismo brasileiro no Uruguai. A improcedência de um imperialismo brasileiro no Uruguai é reforçada pela própria estrutura socioeconômica brasileira, anacrônica e incoerente com uma ação deste tipo, segundo o modelo de Lenin, dada a inexistência de um capitalismo financeiro hegemônico. A manutenção do acordo em torno da fórmula TDT' não está assentada, porém, em condições estruturais que permitam afirmar sua continuidade na conjuntura pós-1860, sendo necessário, portanto, analisar individualmente a situação histórica que se segue e as suas consequências para o caráter da relação entre Mauá, o Império e a República Oriental do Uruguai.

4 Tensões na Bacia do Rio Prata

A partir da constatação de que a conjuntura política da década de 1850 possibilitou uma convergência de interesses entre Mauá e o Império Brasileiro, a viabilidade de tal política passou a ser posta em dúvida em decorrência de divergências de interesses entre o Estado e o Capital. Em vista disso, a pesquisa direcionou-se à verificação de um momento de ruptura, compreendido no fim da década de 1850, com a fundação do Banco Mauá Y Cia (1857), e toda década de 1860, principalmente com a ascensão de Mitre ao governo argentino (1862), que representariam pontos de inflexão dos interesses do Império e de Mauá no Uruguai.

A corroboração dessa desassociação exige a análise de dois aspectos: as condições estruturais do sistema platino e o cenário regional que antecede a Guerra do

Paraguai, no qual o desencadeamento de uma série de eventos expôs as contradições latentes da correlação de forças tanto entre os países da Bacia do Rio da Prata quanto entre o capital e o Estado no Brasil. Assim, o primeiro ponto refere-se à dinâmica das relações internacionais engendrada no Prata, cuja complexidade indicava um traço estrutural do subsistema regional: a inevitabilidade do intervencionismo das potências brasileira e argentina no Uruguai para consolidação de suas pretensões hegemônicas, inseridas no projeto de autonomia nacional. Considerando, portanto, a natureza conflitiva das relações internacionais, que pendia à guerra, pode-se dizer que a atuação econômica de Mauá carecia de estabilidade para se desenvolver de forma segura, uma vez que estava submetida às exigências do projeto de poder brasileiro no Uruguai. Nesse sentido, entende-se que as concordâncias entre Mauá e o Império se realizaram em uma conjuntura específica, cujo término é marcado pelos eventos da década de 1860 – quando se verifica, então, uma ruptura entre o empresário e o Império.

A ascensão de Bartolomé Mitre ao governo da Argentina, em 1862, conduzindo a unificação do interior a Buenos Aires, permitiu a retomada do expansionismo argentino ao Uruguai através da articulação de uma oposição entre o Brasil e Montevideo. Em termos gerais, a diplomacia obscura de Mitre envolvia revelar uma disfunção entre a rede de negócios de Mauá e o apoio do Estado brasileiro ao Partido Colorado no Uruguai. Essa desarmonia de interesses remete à fundação do Banco Mauá Y Cia., em 1857, que significou uma mudança na natureza das operações comerciais do empresário e, conseqüentemente, uma alteração no sentido da relação que havia estabelecido com o Império anteriormente (CALDEIRA, 1995). Tal iniciativa se realizou sem consultas ao governo brasileiro e, por decorrência, refletiu-se no jogo de alianças regionais, uma vez que Mauá passara a financiar um grupo de fazendeiros argentinos ligado ao Partido *Blanco* – os conservadores uruguaios aos quais Mitre se associou informalmente –, enquanto o Império mantinha a defesa do Partido Colorado – resguardando, dessa forma, os interesses de fazendeiros gaúchos (CALDEIRA, 1995).

Assim, a reflexão acerca dos elementos estruturais e conjunturais influentes no período contribui para reafirmar o papel da República Oriental do Uruguai enquanto um Estado-tampão, concebido e fabricado pela Inglaterra a fim de resolver o impasse fronteiriço entre Brasil e Argentina. Isto é, não havia condições de qualquer natureza que permitissem dizer que o intervencionismo político e militar do Brasil sustentava a expansão capitalista, representada em torno da figura de Mauá, se não que o poder financeiro-comercial de Mauá sustentava a atuação do Império no Uruguai. O Prata, e mais especificamente o Uruguai, portanto, não constituíam, para o Império, uma região de destino do investimento econômico em si, frustrando as expectativas de Mauá de uma política de paz e integração para a Bacia platina. O desapontamento de Mauá acerca da falta de apoio do governo

brasileiro para suas atividades financeiras no Uruguai – na conjuntura dos anos 1860, após a fundação do Banco no Uruguai – é evidente em sua autobiografia, na qual expressa repetidas vezes a importância não reconhecida de sua atuação como banqueiro e a ausência de qualquer retribuição por seus trabalhos prestados ao Império brasileiro:

“ O Brasil seria o único credor do Estado Oriental, se a revolução capitaneada pelo general Flores, em 1863, não viesse acender de novo o facho incendiário da guerra civil. [...] esse deplorável acontecimento veio tudo transtornar. Os resultados de esforços de 12 anos, em que me tinha cabido representar um papel importante, se acharam comprometidos (MAUÁ, 1878, p. 125).

Sendo assim, havia um dissenso entre o potencial econômico do Uruguai para alavancar o capitalismo brasileiro defendido por Mauá e a visão predominante no Império sobre os objetivos brasileiros na região. Essas diferenças se manifestavam como resultado de fatores estruturais e conjunturais da relação entre Mauá e o Império. Logo, o que se observou foi uma convergência de interesses apenas temporária, interrompida pelo cenário político que se construía antes da Guerra do Paraguai, em que o Estado brasileiro, em vez de apoiar os negócios de Mauá, não só lhe pressionou para que dispendesse esforços financeiros para guerra, mas principalmente que o fizesse para apoiar o grupo oposto ao do empresário.

5 Guerra do Paraguai, Reatamento Diplomático e seus Efeitos

A posição do Brasil ao longo século XIX era a de substituir parcialmente os ingleses e franceses no Prata por meio da expansão do capital de Mauá na região, que se deu, principalmente, através de empréstimos externos. Tal postura tinha como objetivo último salvaguardar a monarquia brasileira de possíveis ameaças. A partir do início da Guerra do Paraguai, o Barão ali entrou em choque com os interesses do capital inglês, como nota Werneck (2009), devido, em grande parte, a crescente autonomização da economia imperial, que assim ameaçava suplantar os centros decisórios ligados aos interesses da Inglaterra. Desse modo, o autor afirma que os ingleses reconheciam na reaproximação com o Império brasileiro uma chance de se beneficiar da abertura do Paraguai à economia capitalista internacional no contexto da guerra, enquanto o Brasil visava obter da Inglaterra recursos para financiar as conflagrações.

Nesse sentido, o fim da guerra no Paraguai representou a Irineu uma diminuição acentuada de encomendas estatais - sobretudo de navios e armas - que viabilizavam a companhia industrial Ponta d’Areia. Aliado à isso, inserido num contexto de alterações de conduta em relação às regiões extraeuropeias, os ingleses

passaram a preferir investimentos diretos ao invés de negociarem com intermediários locais (MAUÁ, 1878). À esse conflito de interesses entre ingleses e Mauá, sublinha-se que havia uma conduta habitual a ser seguida por banqueiros rivais entre si, isto é, um código não escrito em que se entendia que um banco não interferiria nos negócios do outro e não competiriam em preços, por exemplo, como afirma Caldeira (1995). No período anterior à guerra, Mauá havia sustentado grande parte de seus investimentos através do apoio dos banqueiros britânicos Barings Brother, que representavam o principal credor indireto na região do Prata. Com a guerra, o credor hegemônico passou a ser o Reino Unido, principalmente através dos Rothschild & Sons³

“Assim como a guerra contra Rosas aumentou o déficit, exigindo a retomada dos empréstimos, novamente a Guerra do Paraguai elevaria a dívida pública a patamares até então nunca atingidos, chegando aos 20 milhões de libras na década de 1880 e quase dobrando depois disso, na transição para a República. O credor hegemônico era naturalmente o Reino Unido, com destaque para a casa Nathan Mayer Rothschild e irmãos, que, em 1855, se tornaram agentes financeiros exclusivos do Império” (CAMPOS, F de; DOLHNIKOFF, M, 2011, pg.205).

Ademais, com a ascensão de Varella, em 1875, ao governo do Uruguai, o regime monetário passou a ser o do papel moeda - convertível em ouro (MAUÁ, 1878). Como consequência, houve esgotamento dos recursos metálicos, o que levou o Banco Mauá a suspender seus pagamentos por ser insustentável o valor do papel. Nesse mesmo ano, Mauá requereu uma moratória de três anos, seguida da recusa do Banco do Brasil a conceder-lhe um empréstimo. Tal empréstimo, o próprio Mauá atenta em seus escritos, teria salvo o Banco Mauá & C.. Paralelamente a essa recusa, corriam as negociações entre o Barão de Penedo, ministro brasileiro em Londres, e os Rothschild, de um empréstimo de cinco milhões de libras esterlinas. Nessa perspectiva, os ingleses passaram a abrir no Brasil um grande número de casas bancárias, também em virtude do financiamento da comercialização dos comissários do café, que atraíam mais capital inglês (CAMPOS, 1995). Além disso, em virtude da guerra, o montante de empréstimos do exterior cresce, sendo os Rothschild os principais investidores do Brasil, principalmente nos setores de infraestrutura (estradas de ferros São Paulo Railway, entre outros).

Assim, ao final da Guerra do Paraguai e após os três anos do pedido da moratória, em 1878, Mauá foi enfim à falência, e o London and River Plate Bank - ligado aos Rothschild - acabou absorvendo seu banco no Uruguai.

Salienta-se, por fim, que foi a associação entre Mauá, os capitalistas ingleses e o Império brasileiro que permitiu a projeção do capital brasileiro no Uruguai.

³ Cabe notar que desde 1825, o Brasil vinha fazendo empréstimos com a casa Rothschild, mas somente em 1855 eles seriam oficialmente os agentes financeiros exclusivos do governo brasileiro.

Assim, o descalabro financeiro de Mauá marca o retorno da economia brasileira ao capitalismo inglês e, como anteriormente mencionado, segundo Werneck (2009), sua falência foi imprescindível para que a economia do Império não crescesse a ponto de autonomizar-se.

6 Conclusões

Tendo em vista as análises desenvolvidas sobre os quatro eixos da pesquisa, verificou-se que o intervencionismo brasileiro com pretensões hegemônicas sobre o Uruguai não apresentou elementos estruturais compatíveis com as definições conceituais para ser qualificado como imperialista. Faz-se importante destacar, dessa forma, que a aplicação de um projeto de poder expansionista por parte do Império brasileiro em sua política externa não configura uma condição suficiente para afirmar a existência de imperialismo. Pelo contrário, observou-se uma lógica de “imperialismo reverso”, ou seja, uma expansão territorial na qual o uso do capital é apenas uma tática de dominação do território. Em outras palavras, o capitalista, em vez de sujeito (como o é no imperialismo propriamente dito), torna-se objeto e instrumento de cumprimento das ambições políticas do governo - conforme o modelo de expansão territorialista de Arrighi, seguindo a fórmula TDT’, na qual o dinheiro é utilizado para aumentar o domínio territorial. Sendo assim, não foi possível constatar o intrincamento necessário entre capital-Estado, refutando-se a hipótese do imperialismo brasileiro na República Oriental do Uruguai.

Sabe-se, no entanto, que a tese do imperialismo brasileiro na região platina é muito defendida por autores relevantes da historiografia nacional, constituindo, portanto, um tema controverso. Nesse sentido, o trabalho procurou explorar e apresentar uma visão alternativa desse debate, resgatando não só elementos teóricos que auxiliam na validação da hipótese acerca do imperialismo, mas também a trajetória e a versão de uma figura de destaque na história do capitalismo brasileiro – o Barão de Mauá.

The Projection of the Brazilian Capital to the Oriental Republic of Uruguay in the Second Reign

Abstract: This work seeks to explore the nature of the economic role with political purposes of the Brazilian Empire in Uruguay from 1850 to 1880, in order to verify whether there are structural and circumstantial elements which allow for it to be conceptualized as imperialist or not. Thereby, the position of the Brazilian State from the Baron of Mauá's interests is highlighted, also analyzing his relation with the Empire, and how the rise of Mitre to the Argentinian government and the Paraguay War affected his actions, and, hence, the Brazilian foreign policy to Uruguay itself. From the research on the interventionist period of the Second Empire, in the second half of 19th century, the thesis of Brazilian imperialism in Uruguay is discussed.

Keywords: Brazil's Second Empire (1840-1889), Mauá, Oriental Republic of Uruguay, Imperialism

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil:** as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo/Brasília: Senac/FUNAG, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. Rio de Janeiro/Brasília: Ed. UFRJ/Ed. UnB, 1996.

BANDEIRA, L. A. M. **O expansionismo brasileiro:** o papel do Brasil na Bacia do Prata. Da colonização ao Império. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

_____. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:** Argentina, Uruguai e Paraguai: Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 2. ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: Ed. UnB, 1995

BATALLA, Isabel Clemente. **Política exterior de Uruguay, 1830 – 1895.** Tendencias, problemas, actores y agenda. 2005. 36 f. Documento de Trabalho - Curso de Programa de População, Universidad de La República, Montevideo, 2005.

BESOUCHET, Lúcia. **Correspondência política de Mauá no Rio da Prata.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá, Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, F de; DOLHNIKOFF, M. **Manual do candidato: história do Brasil**. FUNAG, 2001

ESCUDE, Carlos; GUREVICH, Beatriz. **El caso del Estado Oriental: La caída de Rivera y el cambio de política del gobierno de Montevideo**. 2000. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/4/4-041.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 2011.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. **Exposição do Visconde de Maua aos credores de Maua & C. e ao público**. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1878.

SILVA, Jose Luiz Werneck da; GONÇALVES, Williams. **Relações exteriores do Brasil I (1808- 1930): a política externa do sistema agroexportador**. Petrópolis: Vozes, 2009.